



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

O MODERNISMO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DE CURITIBA: PLANO
AGACHE

João Henrique Bonametti (PUCPR) - joao.bonametti@pucpr.br

Professor adjunto III do Curso de Arquitetura e Urbanismo nas áreas de Projeto Paisagismo e Planejamento da Paisagem e Coordenador do Curso de Especialização em Paisagismo: Planejamento e Projeto.

O Modernismo e a Transformação da Paisagem Urbana de Curitiba: Plano Agache



O Modernismo e a Transformação da Paisagem Urbana de Curitiba: Plano Agache

Resumo

A investigação proposta neste Trabalho é a abordagem histórica do planejamento urbano a partir do modelo de Alfred Agache em Curitiba na década de 1940. Buscou-se a compreensão da maneira que o modelo de paisagem urbana modernista influenciou a concepção do espaço da cidade.

Abordam-se questões da relação do modernismo e paisagem urbana, enquanto estruturadores do espaço da cidade e os significados e contribuições da arquitetura e urbanismo neste processo de produção e da estruturação da paisagem de Curitiba.

Palavras Chaves: Paisagem urbana, planejamento, modernismo, urbanismo.

1. Introdução

O modernismo na paisagem urbana brasileira foi marcado pela grande expansão das cidades, a industrialização, além dos meios de comunicação em crescimento. É o período da consolidação da arquitetura paisagística brasileira que se liberta das antigas influências europeias e assume uma identidade própria, mais nacionalista.

Se por um lado o período de 1900 a 1930 caracterizou-se pela contínua substituição e justaposição de inúmeros estilos históricos que não conseguiram manter bases duráveis, pois não se procurava adaptar as formas do passado aos programas novos, possibilitados pelo emprego de novas técnicas e materiais, o que já ocorria na Europa; o *modernismo*, no Brasil pode ser periodizado basicamente em quatro fases:

- *Bases de renovação*, que foram da Semana de Arte Moderna, de 1922, a visita de Le Corbusier, em 1935;
- *Transformação decisiva*, que vai da influência de Le Corbusier no projeto do edifício do Ministério da Educação e Saúde, de 1936, à construção do conjunto de Pampulha, em 1945;
- *Reconhecimento internacional e afirmação interna*, que vão da publicação de *Brazil Builds*, em 1942, à construção de Brasília, em 1960;
- *Generalização dos postulados modernos básicos*, a partir de 1957.

Para CASTELNOU (2000, p. 45):

O movimento moderno brasileiro foi resultado da evolução do pensamento de alguns grupos intelectuais, principalmente paulistas, que criaram condições favoráveis para a sua implantação. Os movimentos de vanguarda europeus do início do século XX só tiveram repercussão no Brasil depois do término da *Primeira Guerra Mundial* (1914-18), uma vez que as primeiras manifestações brasileiras neles inspirados não tiveram muito impacto aqui.

A industrialização e o poder político nacionais, concentrados no eixo Rio-São Paulo, propiciaram a modernização da arquitetura brasileira entre os anos de 1950-70, consolidando as escolas carioca e paulista. Desde a década de 30, quando tem origem na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, a escola carioca se torna o movimento que irradia as ideias modernistas. Esta irradiação ocorre a partir da formação universitária de muitos profissionais, cariocas ou não, que se graduam no Rio de Janeiro e migram para diversos estados. A migração desses profissionais estimulou nas capitais e regiões do Brasil a criação de instituições, cursos e escritórios de arquitetura e urbanismo, que transferiram experiências e processos, técnicas de construção e de controle ambiental. É evidente nas

construções deste período a tecnologia avançada do concreto armado e os materiais da região, as normas urbanas inglesas e americanas, além das novas formas de habitação multi e unifamiliares.

O *modernismo* na arquitetura brasileira até se caracterizou pela leveza, riqueza formal e material, explorando muitos materiais nacionais e espécies vegetais nativas, associando arquitetura, pintura, escultura e paisagismo. A partir dos anos 40 e 50, sofreu derivações por influências de correntes internacionais, como o *Organicismo* e o *Brutalismo*, embora tenha mantido forte vínculo com os princípios racionalistas. Menos racional encaminhou-se para uma visão cada vez mais mecanicista da arquitetura, influência americana, denominada *Tecnicismo*. A preocupação girava em torno da industrialização da arquitetura principalmente através do uso de estrutura metálica. O *Organicismo* no Brasil não foi seguido de maneira fiel aos seus conceitos, porém é possível identificar algumas de suas características arquitetônicas, especialmente no que se refere à modéstia formal e material, quando se procura o uso de materiais simples e tradicionais; como uma prioridade à intimidade sem romper o contato com a natureza, o rigor geométrico e emprego de materiais artificiais modernos, a aplicação de volumes puristas e materiais simples e preocupação com a proteção eficaz contra o excesso de insolação.

Com a Revolução de 1930 e a crise do estado oligárquico, o Brasil ainda se ressentia de modernidade. As reformulações urbanas, principalmente na questão de circulações foram os principais agentes para modernizar o país. A arquitetura neoclássica cedeu lugar a uma arquitetura de linguagem claramente fascista, fazendo uma ligação bem clara entre o autoritarismo do Estado Novo e a paisagem urbana. De acordo com PEREIRA (1999, p. xiii):

Era uma nova arquitetura, de características racionalistas e inovadoras frente às obras ecléticas do período, mas que apesar das mudanças apresentadas não significava um total rompimento frente à produção corrente, aspecto este que muito se assemelhava às posturas de um Estado conservador que buscava construir um país moderno.

O crescimento do movimento modernista em Curitiba pode ser observado a partir da década de 1940 com a superação do ecletismo pelas obras dos engenheiros que aprendiam com os *modernos* conceitos tão divulgados na época. A arquitetura modernista e a urbanização sofrem grandes transformações a partir de meados do século XX, marcando para sempre a paisagem da cidade.

Os anos 40 viram o declínio do mercado de café e início do processo de êxodo rural, aumentando a urbanização brasileira e também paranaense. O café vê novas perspectivas no Norte e Oeste Paraná, aumentando a economia estadual. Assim Curitiba exige uma urbanização mais adequada para a solução dos problemas urbanos, pois tinha

um traçado urbano com ruas alinhadas ortogonalmente que se distribuíam de modo organizado (CAROLLO, 1999, p. 93).

O processo permanente de crescimento vegetativo, somado ao migratório, estabeleceu um aumento da população e das atividades urbanas, a partir da década de 1940 em Curitiba, em uma velocidade que superou a capacidade do Poder Público atender, em condições desejáveis, às necessidades de todos os cidadãos; com aumento de 100% nos anos 50.

O somatório das atividades desenvolvidas pela população e as necessidades e anseios das mais variadas faixas etárias e classes sociais estabeleceram o universo dos problemas a serem enfrentados pelo planejamento urbano em Curitiba. Esse planejamento deveria viabilizar, em níveis compatíveis com a administração municipal, a coordenação de ações capazes de tornar realidade um espaço urbano estruturado em função dos que nele habitam e ali desenvolvem suas atividades.

A experiência de planejamento urbano em Curitiba teve início na década de 40, quando o Plano Agache marcou os destinos e o tratamento da questão urbana. A partir de então, desenvolveu-se cada vez mais a consciência da importância do planejamento na busca de soluções adequadas aos interesses e às necessidades urbanas.

Em 1940, a cidade de Curitiba chegou a 140.656 habitantes, população praticamente dobrada em vinte anos. Como ocorreram poucos investimentos em infraestrutura urbana durante esse período, a consequência foi a deterioração daquela que era disponível. Optou-se, então, por uma modificação na estrutura física da cidade através da elaboração de um plano urbanístico, para o qual foi contratado o urbanista francês Donald Alfred Agache, que havia realizado trabalhos urbanísticos em várias partes do mundo e também no Brasil. Em 1943, quando passou a residir definitivamente no Brasil, Alfred Agache passou a ser conselheiro do Estado Novo em urbanismo, para tanto assumiu a assessoria da firma Coimbra Buenos & Cia Ltda, no Rio de Janeiro.

3. O Plano Agache

Segundo PEREIRA (1999, p. xii) “Durante muito tempo, procurou-se embelezar as cidades, escreve Agache; hoje, compreende-se que a solução depende muito mais da organização dos conjuntos adequados [...] do que da ereção de monumentos e edifícios bem sucedidos ou não”.

Em 1943 quando Curitiba comemorava os seus 250 anos de fundação e noventa anos como capital do Paraná, emancipado politicamente, era ainda uma cidade provinciana. Tentou-se, pela primeira vez, disciplinar a ocupação do solo urbano, o que resultou, no ano seguinte, no *Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, o Plano Agache*. Esse *Plano*

estabeleceu diretrizes e normas técnicas para ordenar os crescimentos físicos, urbanos e espaciais da cidade, disciplinando o tráfego e organizando as junções urbanas, além de coordenar e zonear as atividades, codificar as edificações, estimulando o orientando o seu desenvolvimento. Englobou o Plano das Avenidas (Foto 01), os centros funcionais ou especializados, o código de obras e zoneamento, os espaços livres e sua distribuição.

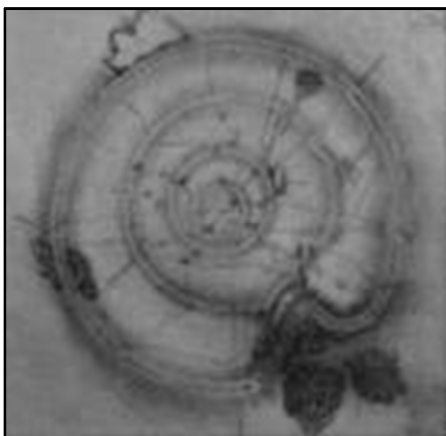


Foto 01: Plano das Avenidas, Curitiba.

Fonte: IPPUC, 2004.

Para PEREIRA (1999), p. xvi):

As avenidas perimetrais e radiais cumpririam o papel fundamental de disciplinar o tráfego na capital. As novas artérias descongestionariam o antigo centro urbano da capital, que não suportaria a demanda do progresso esperado para a região e ajudariam no processo de descentralização das atividades administrativas e culturais da Praça Tiradentes [...]. As linhas guias de crescimento racional de Curitiba seriam as Avenidas perimetrais. Quatro grandes avenidas que circundam a cidade, todas com raio fixado no centro urbano e cujo afastamento em relação a este centro definiria a função de cada uma.

Esse Plano teve uma concepção de cidade baseada na divisão em zonas especializadas. A cidade apresentava três problemas: *saneamento*, *descongestionamento* e *necessidades de órgãos funcionais*. Assim, além dos locais de residências, se previu a implantação de vários centros funcionais setorizados: um militar no Bairro do Bacacheri, um esportivo no Bairro do Tarumã, um de abastecimento no Mercado Municipal, um de educação no Centro Politécnico, um industrial no Bairro Rebouças, um administrativo no Centro Cívico e alguns centros de lazer (Parques Urbanos) no Bairro São Lourenço e no Rio Barigui.

Agache acreditava que a aparência da cidade era uns dos fatores que dariam a Curitiba a racionalidade necessária através da divisão dos espaços urbanos. O *zoning* compreendia a organização hierárquica dos bairros pela função e desenvolvimento, segundo

ele. A preocupação estética deveria ser considerada em dois aspectos: a funcionalidade de cada setor e a distribuição das circulações viárias (Pereira, 1999, p. xii).

Para CAROLLO (1999, p. 93-94):

Com a Segunda Grande Guerra se desenvolvendo na Europa, parece que foi o momento oportuno para Curitiba contratar e dispor de um profissional como Agache. Sabe-se que os tempos estavam difíceis para todos, e Agache opta em voltar a desenvolver seus trabalhos no Brasil a partir da aceitação de seus trabalhos executados no Rio de Janeiro. Evita, desta maneira, enfrentar a situação europeia, que como se viu, tinha se modificado muito no campo da arquitetura, principalmente com a aceitação da nova corrente modernista, que começa a se instalar e que Agache não comungava abertamente, mas também nunca chegara a criticar. Ao entrar nos anos 40, Curitiba começa a sentir os novos ventos que passam pela Inglaterra com suas *ciudades-jardim*, pelo *renas* de Viena, pelas *radiais* de Moscou e pelo conceito inovador do *ensanche*, do Plano Cerda, em Barcelona. Sem falar de Chicago e Nova Iorque com seus zoneamentos, e mesmo no Brasil, com os Planos de São Paulo e Rio de Janeiro. Movimento urbanístico que envolve nova linguagem e que motiva qualquer governante se entusiasmar com alguma nova interferência urbana dentro dessas novas visões. Em Curitiba, essa tendência tem seu clímax em 1941, com a contratação do urbanista francês Alfred Agache, visando realizar o primeiro plano urbano de Curitiba.

O Plano Agache é confeccionado pelo Ministério do Exército e pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC); mostra claramente como o desenvolvimento sequente incorpora o antigo traçado colonial da cidade. Induz a uma ocupação de solo ainda incipiente, com muitos vazios e com muitas possibilidades de crescimento e adensamento.

As inundações, comuns em Curitiba, teriam como solução a eficácia sanitária e estética, através de canais que permaneceriam *descobertos*, formados por um revestimento de cimento armado até o nível das enchentes normais, subindo-se depois, em ângulo de 45 graus com vegetação de pisoteio (gramados) e arborização urbana.

Ainda nas palavras de CAROLLO (1999, p. 98):

Agache, ao chegar em Curitiba, encontra uma situação bastante diferente da que inicialmente imaginara, igualmente ao Rio de Janeiro. Encontra uma cidade mais consolidada, em outra escala e formatação. Uma Curitiba, mais preocupada com um desenho e traçado [...]. A planta mais acurada de Curitiba e disponível, dessa época, é a de 1937, que mostra arruamento, topografia, densidade edilícia, linhas dos bondes e detalhes paisagísticos. Esse mapa foi desenvolvido sobre o original de 1935 [...].

Assim, Curitiba entra, nos anos 40, com sua população dobrada em apenas vinte anos e já na casa de 120.000 habitantes. O Estado e a Cidade são inundados pela nova economia do café produzido nas novas terras do norte do Paraná. As perspectivas otimistas justificam novamente realizar grandes investimentos na capital, visando sua adaptação para estes tempos progressistas.

O conceito de planejamento urbano do Plano Agache era o desenvolvimento a partir de um centro comercial na região da Praça Tiradentes indo à direção aos bairros em um desenho concêntrico. Parques urbanos teriam áreas reservadas e atividades específicas teriam centros próprios para seu funcionamento.

Pretendia-se descongestionar a área central, para facilitar o zoneamento e integrar as regiões da cidade. Avenidas viabilizariam um tráfego mais rápido e controlariam enchentes com seus canais coletores de água. De forma que o Plano de Avenidas ordenaria a rede viária e a circulação através de avenidas radiais e perimetrais que deveriam configurar a estrutura urbana da cidade.

De acordo com GUINSKI (2002, p. 139):

O plano previa galerias em prédios centrais, como aconteceu na quadra da rua XV de Novembro, entre as ruas Marechal Floriano e Monsenhor Celso. Um grande mercado municipal já era planejado. A Universidade do Paraná sairia do prédio da Praça Santos Andrade indo para a Cidade Universitária. Um grande hipódromo funcionaria em conjunto com um centro de exposições-feiras. A Praça Tiradentes seria realinhada, em função do alargamento da Rua Barão do Cerro Azul. A região do Barigui ganharia um parque com lago. O zoneamento obrigaria o recuo dos prédios, para aumentar as calçadas e o tamanho das ruas. As funções de comando e administração estariam no Centro Cívico, que não incluiria a sede da Prefeitura, mas os principais organismos da administração estadual. O centro Cívico seria a sala de visitas da capital. Lá estariam o palácio do governo e todos os órgãos da administração do Estado, num projeto arquitetônico monumental.

Os **Centros Funcionais** na cidade possuiriam elementos e funções ordenadas, permitindo a Curitiba planejar o seu futuro desenvolvimento urbano. De acordo com CAROLLO (1999, p. 128) “O resultado espacial proposto pelo Plano, reforça nitidamente as questões relativas ao lugar e ocupação de Curitiba e tenta buscar uma imagem pública mais apropriada”.

O **Centro Cívico** seria formado pela Avenida Cândido de Abreu que reuniria as principais atividades públicas em um eixo monumental desde a Praça Tiradentes, formado por uma larga avenida central, com quatro faixas de rolamento e duas ruas laterais de apoio. O conjunto construído foi modernista (Foto 02), apesar da proposta de Agache ter sido Art Deco. (CAROLLO, 1999, p. 133).



Foto 02: Palácio Iguaçu, Curitiba - PR.
Fonte: SEOP, 2010.

O **Centro Comercial** teria como linha base a Rua XV de Novembro, composto de galerias comerciais que foram entregues antes do plano. Nas palavras de CAROLLO (1999, p. 140):

Entre as diversas questões abordadas, constam as inúmeras relações quanto à altura das edificações e os critérios que estabelecem os ângulos de incidência de iluminação. Todas essas propostas estão contidas no Código de Obras e Posturas Municipais, como o Plano Massa para Rua XV, onde aparecem diversos desses casos. Agache propõem que esse documento seja objeto de estudo e de desenvolvimento permanente. Na Cidade atual, pouco se nota destas influências, pelo motivo que na década de 40, também pouco se executara de edifícios em altura e, quando houve a explosão desse tipo de construção, principalmente na área central e imediações, já existia um novo entendimento, onde o fator relação altura afastamento não se consideravam os mesmos parâmetros. Uma de suas ideias que se torna praxe de Curitiba é a questão de recuo obrigatório das construções em relação a seu alinhamento predial.

Para os **Centros de Abastecimentos**, Agache propôs um sistema de entrepostos nos bairros, deixando em posição estratégica o Mercado Central; com um acesso fácil até a Estação Ferroviária e às rodovias estratégicas em Curitiba. O **Centro Industrial**, localizado no sul, atrás da Estação Ferroviária, atual Bairro Rebouças, continuaria a tendência que já possuía desde o começo do século XX. Agache destina uma área na Rua Schiller para o **Centro Esportivo** que possuiria um Estádio Municipal (Foto 03) para 20.000 espectadores, dotado de toda a infraestrutura de apoio social, administrativa e também um estacionamento para todo o conjunto, conforme relata CAROLLO (1999, p. 143).



Foto 03: Estádio Municipal, Plano Agache.

Fonte: CAROLLO, Bráulio - **Alfred Agache em Curitiba e sua visão de urbanismo**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), 1999. Dissertação de Mestrado.

A **Sede da Administração Municipal**, segundo a proposta de Alfred Agache estaria centralizada na Praça Tiradentes, em um partido arquitetônico que seguiria os padrões das outras edificações propostas por ele no plano para Curitiba. E por fim o **Centro Militar** estaria, na região Bacacheri, nas proximidades do campo de aviação. CAROLLO (1999, p. 150) escreve “Agache sugere que esta área seja ampliada e reservada para tal atividade, pois no local se concentram vilas militares, áreas esportivas e, conforme Agache, recantos pitorescos aprazíveis que devem ser preservados”.

O Plano Agache contribuiu para que a paisagem urbana de Curitiba deixasse para trás aquele ar *provinciano*. Aos poucos se concretizaram a adoção de um zoneamento mais rígido, a abertura e alargamentos de avenidas, como a Sete de Setembro e Visconde de Guarapuava, por exemplo. As linhas do Plano Agache são seguidas pelas administrações com certas adaptações, com a criação nos anos 50 do Departamento de Urbanismo da Prefeitura (GUINSKI, 2002, p. 139).

No início do processo de industrialização nacional, a partir dos anos 50, aumentou-se a demanda por uma qualificação diferenciada e alteraram-se os hábitos de consumo dos brasileiros. Na capital paranaense, surgiram os primeiros elementos de alteração da paisagem urbana, tais como arranha-céus de fábricas e empresas comerciais, além de loteamentos fora do perímetro urbano, inclusive clandestinos. Através da Lei nº 699/53, foi implantado o primeiro zoneamento de Curitiba, que mantinha as bases do *Plano Agache*, através de suas Zonas Funcionais, e atualizava o *Código de Posturas e de Obras*, que vigorava desde 1919, implementando as bases legais para o gerenciamento urbano em uma época na qual a economia cafeeira novamente impulsionava o desenvolvimento do Estado.

Segundo PEREIRA (1999 p. xviii):

Assim como no caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, no final da década de 20, quando os planos de urbanização foram arquivados por motivos de transição política, apesar de serem continuamente utilizados no Paraná, a história se repetiria até 1945. Com o fim do Estado Novo, os planos urbanísticos que promoveriam uma aproximação entre a realidade rural e a urbana deixaram de ser uma prioridade e acabaram por se tornar obsoletos.

O Plano das Avenidas não foi implantado principalmente porque o Poder Público não dispunha de recursos financeiros suficientes. A falta de implementação das obras urbanas previstas fez com que a cidade extrapolasse os limites definidos pelo Plano, tornando-o definitivamente inviável.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 1996), em decorrência da proposta do Plano Agache, foi aprovado pela Lei nº 699, de julho de 1953, o Zoneamento da cidade, incluído no Código de Posturas e Obras, dividindo a cidade em zonas:

- **Comerciais:** principal (ZC-1) e secundária (ZC-2);
- Industrial (ZI);
- **Residencial:** principal (ZR-1), com duas subzonas: Centro Cívico (ZCC) e centro esportivo (ZCE); secundária (ZR-3) e rural (ZR-4);
- **Agrícola** (ZA).

Com o intuito de adaptar o Plano Agache às novas perspectivas de desenvolvimento do Município, foi aprovado em 1960 o Plano Piloto de Zoneamento e Uso do Solo, que estabeleceu nova divisão na cidade em zonas residenciais, comerciais, industriais e rurais. Ainda no mesmo ano, foram instituídas as **Unidades de Vizinhança**, como política de desenvolvimento físico, social e econômico, através da Lei nº 1.908/60. Foram definidas como agrupamentos urbanos em áreas perfeitamente determinadas, no interior das quais estariam situados os equipamentos e serviços fundamentais à vida de uma coletividade, segundo o IPPUC (1996).

O Planejamento Urbano foi orientado para prover cada **Unidade de Vizinhança** de elementos considerados mínimos e essenciais: sistema viário estruturado, escola primária, área verde para recreação pública e legislação para regular o uso e a utilização do solo. A partir de então, o Município de Curitiba passou a ser constituído por *47 Unidades de Vizinhança* de característica urbana e 5 de característica rural.

Por ocasião do Centenário do Paraná (1853-1953) se percebe o ufanismo paranaense através de obras edificadas em comemoração desta data. Entre estas obras destaca-se o complexo do Centro Cívico nas linhas da arquitetura modernista. Entre as obras do centenário do Paraná estão também a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra que tem o mini auditório inaugurado em 1954.

Para GUINSKI (2002, p. 157):

A modernização de Curitiba é reforçada pelo primeiro prefeito eleito desde a década de 10; no final de 1953 se elege o major Ney Braga, ex-chefe de Polícia do Paraná. Ele realiza obras importantes que ampliam a infraestrutura. A cidade ganha finalmente sua estação

Rodoviária na Rua João Negrão. Ney Braga constrói também o novo Mercado Municipal na Avenida Visconde de Guarapuava.

Em julho de 1954 circula o último bonde elétrico de Curitiba, ligando a Praça Tiradentes ao bairro Portão. É aprovada em 1955 a Lei Municipal número 1.136, que determina a construção do Mercado Municipal com projeto do engenheiro Saul Raiz, mais tarde prefeito de Curitiba.

O aumento da população e o crescimento dos índices econômicos transformaram a paisagem urbana de Curitiba nos anos 50, acentuando os problemas urbanos, tais como loteamentos irregulares, favelas e de trânsito. Assim, nos anos 60 se fez necessário um novo plano que estabelecesse novas diretrizes e um modelo de desenvolvimento que, além de atender às necessidades da cidade, fosse adequado aos recursos financeiros disponíveis.

Conclusão:

No Estado Novo houve maior incentivo à urbanização por parte do governo; porém, os modelos urbanos ainda eram os das metrópoles, que passaram a ser desejados e copiados em Curitiba. Criaram-se símbolos e representações do urbano, que nem sempre estavam de acordo com as realidades locais. O processo de planejamento de Curitiba, ocorrido em meados do século XX, e influenciado pela euforia da arquitetura modernista, configurou uma nova paisagem urbana e a transformação da cidade se estendeu do urbanismo para outras áreas. Este período foi marcado pelas construções modernas, alterando drasticamente a morfologia urbana.

O ecletismo foi superado pelo modernismo, em Curitiba, a partir da década de 1940, sua arquitetura e urbanização sofreram grandes transformações a partir de meados do século XX, marcando para sempre a paisagem da cidade.

Em 1943, o Plano Agache contribuiu para o planejamento da paisagem urbana de Curitiba e, aos poucos, se concretizou um zoneamento mais rígido, com a abertura e alargamentos de avenidas. As linhas do Plano Agache são seguidas pelas administrações, com certas adaptações. O caráter organicista do Plano e o rápido crescimento urbano na década de 1950 foram responsáveis pela elaboração de uma nova organização da cidade, o que culminou com o Plano Preliminar de Urbanismo, a elaboração do Plano Diretor e a indispensável criação de um órgão municipal para pôr em prática as propostas do Plano: o IPPUC, no ano de 1965. Ao criar esse órgão autárquico, a Prefeitura fugiu do modelo centralizador usado em todo o país, caracterizando uma maneira particular de gestão urbana.

Referências:

1. CASTELNOU, Antônio Manuel - **Introdução à Arquitetura e Urbanismo**. Londrina: Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL), 2000, p.45. Apostila.
2. CAROLLO, Bráulio - **Alfred Agache em Curitiba e sua visão de urbanismo**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), 1999. Dissertação de Mestrado.
3. CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) – **Zoneamento e Uso do Solo**. Curitiba; IPPUC, 1996
4. _____. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) - **Curitiba e sua história**. Curitiba: IPPUC, 2004.
5. GUINSKI, Otávio Duarte - **Imagens da Evolução de Curitiba**. Curitiba: Quadrante Editorial, 2002.
6. PARANÁ. Secretaria de Obras Públicas do Paraná (SEOP). **Obras de reforma e recuperação do Palácio Iguazu deverão ser licitadas em agosto**. Disponível em www.seop.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?story=66. Acessado em 29 de dezembro de 2010.
7. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello – **Urbanização de Curitiba: Plano Agache (1943)**. Monumenta. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.